

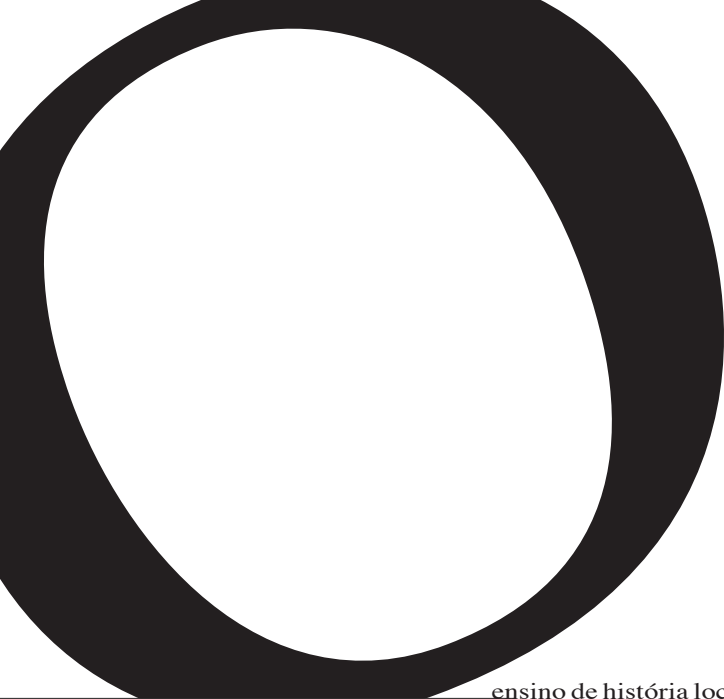




KATIA MARIA ABUD

Progresso e trabalho: da vila bandeirista à Chicago brasileira

KATIA MARIA ABUD
é professora de
Metodologia do Ensino de
História e do Programa de
Pós-Graduação da FE-USP.



ensino de história local não é uma novidade entre nós. A expansão das escolas primárias após a implantação do regime republicano e o desenvolvimento de uma política de formação da nacionalidade brasileira nas primeiras décadas do regime fizeram com que se estabelecesse uma interação entre as atividades escolares e a “formação do cidadão”, cujo principal atributo seria o amor à pátria. Teorias pedagógicas, ao evidenciar as etapas da aprendizagem, da passagem do pensamento concreto para o pensamento abstrato, apontavam para o estudo da história local e da região como ponto inicial para aprendizagem histórica, que também deveria começar do próximo para o distante. A aprendizagem de história, desde o início do período republicano inserida numa rubrica conhecida como Noções Gerais ou Conhecimentos Gerais (que englobava também geografia e as ciências naturais), pretendia iniciar o aluno na compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, base do patriotismo. Nessa perspectiva, o ensino de história seria um instrumento poderoso na construção do Estado nacional, pois traria à luz o passado de todos os brasileiros, e teria “... o alto intuito de fortalecer cada vez mais o espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma e do caráter nacional” (Plano Nacional de Educação, 1936, p. 13).

As Instruções Metodológicas, que acompanhavam os conteúdos programáticos de 1931, admitiam que “conquanto pertença a todas as disciplinas do curso a formação da

consciência social do aluno, é nos estudos de História que mais eficazmente se realiza a educação política, baseada na clara compreensão das necessidades de ordem coletiva e no conhecimento das origens, dos caracteres e das estruturas das atuais instituições políticas e administrativas” (Hollanda, 1956, p. 18).

François Furet nos lembra que, no momento da introdução da história como disciplina escolar, interessava formar, com seu ensino, uma ciência social geral, que desse aos alunos a noção da diversidade das sociedades do passado e o sentido de sua evolução. Cabia às forças dirigentes a escolha do passado, de acordo com seus interesses. A disciplina deveria ser o estudo da mudança e, já no final do século XIX, era um método científico e uma concepção de evolução. O homem caminhava rumo ao Progresso e à Civilização, guiado pela Nacionalidade. Por isso, a história se revelaria como a *genealogia da nação*, procurando identificar as bases comuns, formadoras do sentimento de identidade nacional. A história se desenvolveu buscando o fortalecimento do Estado, conformação material da Nação (Furet, s/d, p. 133).

A criação do Colégio Pedro II, a primeira escola secundária do Brasil, introduziu entre nós a história como disciplina escolar. Paralelamente, a história acadêmica se desenvolvia com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). As duas instituições, criadas durante a regência de Pedro de Araújo Lima, iniciaram suas atividades no ano de 1838, incumbidas de colaborar na consolidação do Estado Nacional Brasileiro e para o estabelecimento de uma identidade para o país. E se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cuidava de estabelecer os paradigmas para a construção da história brasileira, o colégio tratava de transformá-los em programas de ensino.

Duas tendências cruzavam-se na construção da disciplina. Se por um lado tratava-se de garantir, por meio da recuperação do passado, a genealogia da nação recém-criada, permitindo que se aclarasse sua identidade e autonomia, por outro, cuida-

va-se também de garantir um lugar para ela na civilização ocidental cristã. Isso implicava que a construção da identidade não poderia significar uma ruptura com os colonizadores, cuja imagem era a de civilizados. Ao contrário, buscava-se salientar as relações entre a antiga colônia portuguesa e a Europa. Coube à produção historiográfica, localizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a construção da idéia de nação que não se assentava sobre a oposição à antiga metrópole, mas o novo país se reconhecia como continuador da tarefa civilizatória, que, antes da Independência, era atribuída a Portugal. A antiga metrópole não se definiu como o *outro*.

A alteridade que se buscava como afirmação da identidade caminhou por duas vias. No plano externo, os *outros*, os representantes da barbárie, eram as novas repúblicas hispano-americanas. Internamente, os *outros* eram os excluídos do projeto de nação, pois se tratava de gente incivilizada: os índios e os negros. O conceito de nação era eminentemente restrito aos brancos (Guimarães, 1988).

Assim, coube às instituições encarregadas de pensar a nacionalidade uma pesada atribuição: construir a “genealogia”, demonstrando as origens civilizadas, sem se esquecer de riscar com clareza os contornos da identidade nacional. A dualidade que se expressava nas produções dos sócios do IHGB atingiu o Colégio D. Pedro II. De acordo com Guimarães, percebe-se a “tentativa de integrar o velho e o novo, de forma que as rupturas sejam evitadas”. Assim, a história produzida no instituto foi marcada por um duplo projeto: “dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, [...] A Nação [...] deve [...] surgir como o desdobramento nos trópicos de uma civilização branca e européia” (Guimarães, 1988).

Era notória a identidade entre os professores do Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, do mesmo modo que a história acadêmica buscava construir o Estado-nação brasileiro, ligando-o à implantação da civilização nos

trópicos, a instituição escolar orientava o ensino para a construção de uma pátria umbilicalmente ligada à civilização ocidental cristã, impulsionadora do progresso.

No período imediatamente posterior à Independência de 1822, a capital do Império era, no imaginário dos construtores da nação, o símbolo dessa civilização nova, nascida da colonização européia.

A partir do último quartel do século XIX, a expansão da cafeicultura em São Paulo e o surgimento de uma nova elite política, representada pelos plantadores de café, trouxeram novos símbolos de progresso e civilização. Se, durante quase todo o século XIX, São Paulo tinha tido pouca importância na vida econômica e política do Império, no último quartel do século a expansão do café haveria de transformá-lo numa de suas mais promissoras regiões brasileiras. Mas sua força política não correspondia à sua pujança econômica e esse fato provocava ressentimentos entre os paulistas, principalmente em sua elite política. A participação no movimento republicano guindou as lideranças paulistas ao centro do poder, onde pensavam implantar, como projeto político, uma federação que, acreditavam, permitiria maior desenvolvimento aos estados (ao de São Paulo mais ainda, naturalmente). A autonomia estadual implicava também um projeto de hegemonia que deveria, é claro, caber ao estado que sustentava economicamente a nação.

Nesse quadro a predominância na vida política do país que São Paulo reivindicava, entre 1890 e 1930, era explicada não só pelo progresso e riqueza do estado mas também porque São Paulo sempre fora a região que tinha levado à frente a expansão do Brasil e desde o início da colonização ampliara o território, forjando a unidade do país, enriquecera a metrópole com o ouro que seus desbravadores tinham encontrado e levado à *civilização* para os mais distantes rincões da América, que eles mesmos tinham tornado portuguesa. Mais ainda, São Paulo tinha sabido manter sua independência em relação às ordens metropolitanas, conforme acreditavam os paulistas, a pon-

to de serem considerados rebeldes o suficiente para que cronistas coloniais falassem numa “República de Piratininga”...

A riqueza e o progresso de São Paulo podiam então ser considerados como consequência de sua própria história. Se São Paulo ocupava naquele momento uma situação privilegiada era porque seus homens carregavam uma tradição de arrojo e vitalidade, que haviam herdado dos primeiros povoadores da capitania de São Vicente. Assim, para os paulistas havia razões de sobra para que São Paulo exercesse a hegemonia na federação que então se formava. Tudo isso se sintetizava numa figura histórica: o bandeirante.

A opção pelo bandeirante não foi aleatória. Toda uma produção intelectual referendava a escolha. Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme foram tirados do esquecimento a que tinham sido relegados durante a maior parte do século XIX. Inspiraram historiadores que se empenharam na recuperação da história de São Paulo, no período que consideraram sua Idade de Ouro: o Seiscentos, época em que o bandeirismo foi preponderante na capitania de São Vicente.

Três historiadores podem ser considerados como autores matrizes no tema: Alfredo Ellis Jr., Affonso d’Escagnolle Taunay e Alcântara Machado. Três intelectuais que pertenciam, por nascimento ou casamento, à elite de São Paulo, e que se detiveram a investigar, cada um deles por caminhos próprios, a história do bandeirante.

Alfredo Ellis Jr. seguiu caminhos traçados por frei Gaspar da Madre de Deus e em suas obras indica claramente a formação, em São Paulo, de uma sub-raça superior, a sub-raça planaltina, formada pelo cruzamento do europeu com o indígena. Inspirado em autores europeus, como Gobineau e Lapouge, cujas obras procuravam demonstrar as diferenças raciais e a superioridade de uma sobre as outras, Ellis Jr. virou pelo avesso a teoria de seus inspiradores. Baseado em pesquisas documentais sobre famílias paulistas do século XVII, observou que suas proles eram numerosas, ao contrário do que, supunha ele, acontecia às famílias

do Nordeste canavieiro, onde havia predominado a miscigenação entre o branco europeu e o africano. Sem tecer considerações a respeito da documentação – os filhos de escravas negras eram registrados como seus filhos, independentemente de quem fosse o pai –, Ellis Jr. concluiu que os dados de fertilidade demonstravam que o cruzamento entre brancos e negros era híbrido, com uma taxa de fertilidade muito baixa, ao contrário do que acontecia com o fruto das uniões entre brancos e índios, que era muito numeroso. Daí sua classificação racial dos paulistas, que pertenceriam a uma sub-raça superior, a sub-raça planaltina. Tal idéia sobre a superioridade racial dos paulistas da época colonial aparece também em *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana.

Alcântara Machado (1959) em sua obra magistral, *Vida e Morte do Bandeirante*, olhou o sertanista por um outro viés. Fundamentado nos inventários e testamentos de paulistas do século XVII, esse autor procurou desmontar as informações de Pedro Taques sobre as riquezas dos paulistas do Seiscentos. Os bens legados nos inventários e testamentos mostravam um paulista rústico, pobre, cujos valores (e, aí sim, ele retomou Taques), o aproximavam da nobreza medieval: frugal, honrado, cavaleiro, homem de palavra e valentia, temente a Deus. A morada paulista se assemelhava aos conventos: camas eram raríssimas, quase que havia somente catres, poucos instrumentos para a lavoura, pratos e talheres de madeira, panelas de barro, tudo produzido na terra. Uma sociedade tão pobre que até roupas que vinham do reino eram considerados bens valiosos e disputados como herança. Levavam uma vida social mais do que reservada, muito ao contrário do Nordeste luxuoso (ao contrário, ainda, da vida contemporânea a Alcântara Machado, vivida sobretudo no Rio de Janeiro). O livro constrói o paulista como o homem que conquista a riqueza, mas que a despreza, pode muito bem passar sem ela e sem o luxo e o conforto que dela advêm. A riqueza que o paulista conquistara deveria servir para o bem de todos.

Taunay fez do paulista do século XVII o grande desbravador dos sertões brasileiros. Graças a ele deu-se a unidade territorial do país e a descoberta das riquezas, que deram a Portugal um grande tesouro. Esse autor, rigoroso na pesquisa e cansativo na leitura, reconstituiu as rotas seguidas pelas grandes bandeiras e, em sua grande obra sobre as bandeiras paulistas, deu aos capítulos os nomes dos chefes das bandeiras que considerou mais importantes. O historiador também destaca o destemor com que os paulistas enfrentavam os obstáculos do sertão desconhecido, mas esse sertão parece ser a sua maior preocupação, ao descrevê-lo em pormenores.

Os três autores produziram obras históricas fundamentadas em fontes documentais concretas, não forjadas, e cada um deles enfatizou um aspecto da figura do bandeirante: Ellis Jr., sua superioridade racial; Alcântara Machado, o lado sério e circunspeto do paulista responsável, respeitador da palavra dada, que exigia o mesmo tratamento para si; Taunay apontou para o aspecto do desbravador, condutor do progresso e povoador. Seus livros foram escritos na década de 20 (Taunay iniciou sua coleção de onze volumes nessa década e terminou de publicá-la em 1953), quando São Paulo reivindicava participação preponderante nos destinos do país, considerando que era o maior produtor do principal produto exportado do Brasil: o café. Fizeram escola, tiveram inúmeros seguidores que auxiliaram na tarefa de consolidar a imagem do paulista, que interessava à elite política estadual, da qual a maioria dos intelectuais fazia parte. Ellis Jr. foi deputado, Alcântara Machado participou do Senado estadual e Taunay, se não tinha uma participação direta, deve-se lembrar, era casado com uma Sousa Queirós e conchudado de Washington Luís, maior defensor, talvez o último, dos grandes cafeicultores paulistas. Washington Luís também incurtiu pela história paulista e deixou uma pequena obra escrita. Foi o responsável pela publicação de séries documentais e, durante sua gestão como prefeito, organizou o arquivo histórico da cidade.

A imagem bandeirista representava, de um lado, a lealdade ao estado de São Paulo, na medida em que procurava ressaltar a qualidade de caráter e personalidade que o paulista do século XX, o bandeirante do século XX, que abria frentes agrícolas dentro e fora do estado, atribuía a si próprio. Permitia ainda, com a significação que os estudos históricos lhe deram, a integração de uma parcela numericamente importante da população de São Paulo, que era constituída de imigrantes, que haviam assimilado a valorização do trabalho e a construção do progresso do estado, como uma característica de seus habitantes. Por outro lado, os aspectos de elemento integrador e instrumento da ação civilizatória que a historiografia atribuía ao bandeirante representavam também a lealdade devida à nação que ele mesmo tinha construído, ligando suas mais longínquas regiões entre si, levando para ela os aportes da “civilização ocidental”, como a língua portuguesa, o cristianismo, estabelecendo o mito da unidade não só territorial, mas também cultural.

A imagem do bandeirante que os historiadores criaram foi veiculada pelos meios de comunicação, pelo ensino e passou a fazer parte da memória coletiva de São Paulo e de outras regiões, integrada às possessões coloniais portuguesas pelas expedições paulistas, como Goiás e Mato Grosso. Anhangüera e Pascoal Moreira Cabral pertencem ao imaginário coletivo daqueles estados.

No ensino, a ação civilizatória e o destino progressista de São Paulo encontraram formas de expressão não somente nos programas, mas também nos livros didáticos. Caso exemplar é o do manual *A Linda História do Meu Paiz*, de César Martinez. Destinado ao quarto ano do curso primário, o livro, cuja primeira edição é de 1929, foi aprovado pela Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo.

De acordo com a “Carta ao Leitor”, que é na realidade uma apresentação da obra, o propósito do autor era tratar “de assuntos nossos. É uma contribuição, embora modesta, para a formação moral e cívica da infância escolar, ávida de leituras que des-

pertem emoções sadias”. A apresentação continua com um comentário sobre a dificuldade de se ensinar a história do Brasil, que é muito longa e que pode se tornar monótona, e afirma que “o ensino da história [...] deve concorrer para a formação da idéia de pátria, a fim de que o indivíduo recebendo, em tempo oportuno, o influxo dessa idéia, possa ser um bom patriota, convicto de seus deveres e direitos” (*). O texto da apresentação indica que se trata de um livro de história do Brasil, mas a leitura do manual surpreende: das 251 páginas, 150 abordam temas diretamente ligados à história de São Paulo. As restantes dividem-se entre os outros estados da Federação. Há que se notar, contudo, que São Paulo é o ponto de referência para a maioria deles.

Para descrever a cidade, o autor utiliza um artifício: um narrador, o senhor Campos, mostra São Paulo a dois norte-americanos que se manifestam encantados com a beleza e o progresso que podem observar. Destaca-se ainda um outro elemento: o trabalho. Num diálogo, em que se apontam as qualidades da cidade, destaca-se “a energia do trabalho que se nota por toda a parte”, pois “só se conhece uma cidade no mundo comparável a São Paulo: é Chicago, nos Estados Unidos” (Martinez, 1936, p. 2).

Há que se notar alguns aspectos do texto. O primeiro, sem dúvida, é a concepção de que a história do Brasil tem como eixo a história de São Paulo. A narrativa da Independência tem como mote a visita ao Museu do Ipiranga. Reformada em 1922, durante a direção de Taunay, a instituição centraliza em São Paulo, o estado da integração nacional, a história da nação. E é como uma epopéia paulista que o senhor Campos, o narrador que acompanha dois norte-americanos de Chicago, conta a eles como o Brasil conquistou a independência política: “D. Pedro tinha vindo do Rio, a cavalo, pois não havia estrada de ferro. São Paulo, que almejava a independência do Brasil, recebeu-o com festas. Todos o aclamaram à entrada da cidade na Ladeira do Carmo [...]” (Martinez, 1936, p. 37).

Causam maior impressão, porém, os destaques da história da cidade de São Pau-

lo, as expressões que a descrevem e as analogias que se fazem. O conceito predominante que forma o pano de fundo do livro é o de *progresso*, que determina a seleção dos conteúdos e que reafirma a todo instante o papel de São Paulo como civilizador, descobridor e impulsionador das riquezas brasileiras. No capítulo intitulado “Preciosas Informações” (Martinez, 1936, pp. 27-33), a descrição da cidade é feita com esmero, sempre com ênfase no desenvolvimento e utilização da tecnologia: o “viaduto coalhado de povo, de bondes e de autos parecia ainda mais majestoso”. Fervilham expressões como: “centenares de veículos”, com os “milhares e milhares de casas”, “soberbo espetáculo” e referências à imponência do traçado urbano e dos novos edifícios. O enriquecimento pelo café já havia proporcionado a reforma urbana. A cidade colonial desapareceu e em seu lugar uma metrópole moderna, planejada nos moldes da *belle époque*, foi colocada. Um novo simbolismo se construiu para a cidade: a cidade que não pode parar, a que mais cresce na América Latina.

Apesar dos apelos à história da cidade e do próprio título do livro, o que importa é o presente e o futuro, representados pela pujança paulista. A cidade colonial, destruída e substituída pela “cidade da *belle époque*”, é esquecida nos textos, pois a São Paulo que interessa é aquela gerada pelo esforço dos paulistas, em todos os tempos. Mas, se essa cidade podia ser apontada como a negação da São Paulo pobre, a acanhada vila que se formara em torno de um colégio jesuítico, especialmente criado para a catequese dos indígenas, ela podia também ser a continuidade de uma cidade colonial que cumpria um destino civilizador. Era a mesma cidade que surgira para “para permanecer e portanto, [era] foco de progressiva colonização [...] recintos murados dentro dos quais se destilava o espírito da pólis e se ideologizava sem limite o superior destino civilizador que lhe havia sido assinalado” (Rama, 1985, p. 37).

O progresso e o desenvolvimento econômico são passageiros dos vagões das companhias ferroviárias que trazem de

* Linguagem das citações de *A Linda História do Meu Paiz* atualizada pela autora.

volta da visita a Santos e São Vicente o senhor Campos e seus dois amigos. Pretexto para se expor a fortuna maior de São Paulo, o ouro verde, o café, a narrativa vai além, para mais uma vez demonstrar a fé no futuro de São Paulo: a construção das usinas que geram energia elétrica, que modificou o curso das correntes de água para represá-las e na qual se “gastaram dezenas de milhares de contos de réis” (Martinez, 1936, p. 78).

A cidade de Chicago se constitui como modelo, substituindo a antiga cidade colonial. Ligado a Chicago, um outro conceito surge como explicador para a riqueza paulista: “a energia do trabalho que se nota por toda a parte”, pois “só se conhece uma cidade no mundo comparável a São Paulo: é Chicago, nos Estados Unidos” (Martinez, 1936, p. 2). São notáveis as descrições do trabalho no texto: os operários da fábrica de vidro Santa Marina, que se localizava no Ipiranga e na qual as fornalhas nunca se apagavam, aparecem como artistas numa “verdadeira dança do fogo no espaço, um

bailado impressionante” (Martinez, 1936, p. 35). Muitos outros exemplos e trechos poderiam ser citados. Os listados acima bastam para que se tome conhecimento do tom que se imprime no livro didático para tratar da cidade.

Para que as crianças compreendessem a “linda história de seu país”, o mito bandeirista se reelabora: do planalto de Piratininga, onde se forjou o mapa do Brasil, de onde saíram os desbravadores, que levaram a civilização para os sertões e que superaram os obstáculos da mata adentro, descobrindo as riquezas entranhadas, forjava-se no século XX uma nova civilização. Ligada aos colonizadores brancos, mas com vínculos mais fortes e perenes com o progresso, representado não mais pela Europa, mas pelos Estados Unidos da América do Norte. Não com a tradição, pois ela somente mostrava que o progresso e a força paulista eram elementos naturais, que se revelavam a cada momento da história, como os historiadores definiam em suas pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- ALCÂNTARA MACHADO. *Vida e Morte do Bandeirante*. 3ª ed. São Paulo, Martins, 1959.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-americano*. São Paulo, Nacional, 1936 (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, Brasileira, 59).
- FURET, François. “A História na Cultura Clássica”, in *A Oficina da História*. Trad. Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa, Gradiva, s/d.
- GUIMARÃES, Manuel L. S. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, in *Estudos Históricos: Caminhos da Historiografia*, n. 1, 1988, pp. 5-27.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 5ª ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva. São Paulo na Federação: 1899-1922*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- MARTINEZ, César. *A Linda História do Meu Paiz*. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1936.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1936.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- TAUNAY, Affonso d’E. *História Geral das Bandeiras*. São Paulo, Melhoramentos, 1924-1953 (11 vols.).